

Luís Moita

Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC)

Simpósio Internacional Amílcar Cabral – Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983

A relação cidade-campo desde a luta de libertação até à independência

O presente texto é a contribuição do CIDAC para o Simpósio Amílcar Cabral, por ocasião do 10.º aniversário do assassinato desse grande dirigente da libertação africana. Ao apresentá-lo o CIDAC agradece o honroso convite do PAIVC para participar neste Simpósio internacional e assim poder associar-se à homenagem póstuma ao fundador das nacionalidades guineense e cabo-verdiana.

Aqui deixamos o nosso voto que este encontro entre reconhecidos especialistas represente um contributo colectivo para o aprofundamento do pensamento e da prática de Amílcar Cabral, encorajando assim o prosseguimento da sua acção para além da sua prematura morte.

A comunicação do CIDAC propõe-se analisar a relação cidade-campo; no âmbito do tema 8: a sociologia da guerra popular de libertação nacional.

O interesse da análise desta relação, tanto nos seus aspectos teóricos como nas suas concretizações práticas, está em permitir identificar algumas características fundamentais da luta de libertação nacional, bem como algumas etapas da trajectória dessa mesma luta, a partir de condições sociais bem concretas e em direcção a um projecto de futuro cujos contornos são certamente problemáticos. Ao percorrermos os textos onde ficou consignado o pensamento de Amílcar Cabral, encontramos neles bastantes indicações acerca desta questão, mas o mais importante é que não se trata de afirmações académicas já que os textos reflectem uma prática colectiva corporizada pelo PAIGC e posta à prova ao longo de anos e anos de luta política e militar. Por isso mesmo na análise se vão entrecruzar os aspectos doutrinários e históricos, os levantamentos sociológicos e os princípios estratégicos, as questões de princípio e as vicissitudes da sua materialização.

Ora, no que diz respeito a este problema, a principal verificação que poderemos fazer é a de que a luta de libertação conduzida pelo PAIGC seguiu um itinerário que foi, inicialmente, da cidade para o campo, para mais tarde retornar do campo para a cidade com a conquista da independência completa. Este duplo movimento de vai-vem cidade-campo-cidade não se limita, como veremos, a uma mera evidência topográfica nem sequer a uma indicação sociológica, mas define um percurso repleto de implicações políticas, tanto para o desenrolar da luta como para o processo pós-independência.

Ao contrário do que aconteceu com a maior parte dos partidos nacionalistas africanos, mas à semelhança do que se passou com o MPLA e a FRELIMO em Angola e em Moçambique respectivamente, o grosso da luta do PAIGC desenvolveu-se nas zonas rurais, embora a cidade tenha sido o ponto de partida e o ponto de chegada. Tal facto correspondeu a uma intenção deliberada e teve profundas consequências para a natureza desse combate, e explicando a radicalidade que o caracterizou. Vejamos por pontos.

Em diversas circunstâncias, desde as intervenções no Centro Frantz Fanon de Milão em 1964 até ao Seminário de Quadros em 1969, Amílcar Cabral teve a preocupação de

expor a sua análise das estruturas sociais da Guiné e de Cabo Verde, distinguindo com bastante pormenor a diversidade de classes e camadas que compõem essas sociedades. Facilmente se percebe que não é propriamente a curiosidade científica que leva Amílcar Cabral a proceder a tais inventários sociológicos, mas antes a necessidade de bem compreender a posição de cada estrato social ou grupo humano perante a questão chave: a luta de libertação nacional.

A análise de classes, sejam elas a dos régulos fulas da Guiné ou a dos rendeiros de Cabo Verde, dos comerciantes do interior ou dos funcionários administrativos, está ao serviço das exigências estratégicas da luta, de modo a que fique claro quem são os aliados e quais os inimigos da causa nacionalista.

Seria interessante retomar aqui essas análises das formações sociais guineense e cabo-verdiana na sua variedade de componentes étnicas, económico-sociais e culturais. Todavia seria longo recordar agora esses textos e não parece indispensável fazê-lo tendo em vista o objectivo que nos propomos. Basta referir que Cabral distingue sempre cuidadosamente estruturas sociais existentes no domínio rural e no domínio urbano, podendo concluir-se sem grande margem para dúvida que se verifica uma profunda diferença entre a cidade e o campo na Guiné em Cabo Verde. Dir-se-ia que a habitual diversidade entre esses dois «mundos», o citadino e o aldeão, é sobredeterminada pela presença colonial que agrava o fosso entre a cidade e o campo. Evidentemente, quando falamos de dois «mundos» não pensamos em duas realidades estanques ou incomunicáveis. Entre a cidade e o campo há uma interacção recíproca e uma relativa interpenetração. Mais ainda, qualquer desses «mundos» está longe de ser em si mesmo homogéneo e uma análise sociológica cuidadosa obrigaria a introduzir numerosas distinções em cada um desses espaços. Basta lembrar a diferença tantas vezes referida entre a sociedade fula e a sociedade balanta, cuja diversidade de estrutura social teria provocado uma diversidade de posição perante a luta nacionalista. Todavia, estas distinções analíticas não excluem que se possa apontar a óbvia polarização cidade-campo, apesar da necessária simplificação que ela representa.

Dados estes aspectos por adquiridos, o que de momento mais nos interessa considerar é o facto de o PAIGC ter nascido na cidade. Criado em 1956, foi em Bissau que teve lugar a reunião clandestina de formação e, passados três anos, segundo o autorizado testemunho de Basil Davidson, «o PAIGC contava com uma meia centena de membros activos, mas quase todos em Bissau. Poucos teriam laços íntimos com as aldeias»¹. O próprio Cabral diria a esse respeito: «Se não houvesse toda esta gente das cidades - carpinteiros, mecânicos, motoristas, trabalhadores dos bancos, transportes, que foram os primeiros a fazer greves, engenheiros ou empregados que abandonaram os portugueses para se dedicarem ao trabalho de militância - como se apresentaria a luta?»². É na cidade, particularmente na capital, que despontam os primeiros sintomas nacionalista por razões bem compreensíveis: o contacto directo com o sistema colonial - «sistema» no sentido mais concreto do termo, incluindo os seus mecanismos de exploração e de opressão - proporciona aos habitantes da cidade a mais fácil consciência do odioso da colonização, além de que as possibilidades de acesso a uma informação mais vasta e mesmo a um contacto com os meios internacionais proporciona por sua vez o desenvolvimento da consciência nacionalista. Semelhante fenómeno esteve longe de ser exclusivo do PAIGC mas caracteriza afinal a generalidade das organizações políticas surgidas por estas décadas em África. Isso mesmo vemos retratado em Frantz Fanon que, com a sua habitual acutilância crítica,

¹ B. Davidson, *A Libertação da Guiné*, Lisboa 1975, p. 32.

² A. Cabral, *A Arma da Teoria*, Vol. I das Obras Escolhidas, Lisboa 1978, p. 112.

escrevia em 1961, em «Os Condenados da Terra»: «O aparecimento dos partidos nacionalistas nos países colonizados é contemporânea da constituição de uma elite intelectual comercial (...). Por isso se compreende que a clientela dos partidos nacionalistas seja antes de mais urbana: capatazes, operários, intelectuais e comerciantes que residem essencialmente nas cidades (...). Na sua grande maioria, os partidos nacionalistas sentem uma grande desconfiança em relação às massas rurais. Essas mesmas dão-lhes, com efeito, a impressão de se atolarem na inércia e na infecundidade»³.

No entanto, em Angola, na Guiné e em Moçambique a trajectória dos movimentos de libertação vai contrariar esta tendência dominante no continente africano e vai desmentir esta «grande desconfiança em relação às massas rurais». O MPLA, o PAIGC e a FRELIMO não serão essencialmente partidos urbanos nem será nas cidades que a sua luta se irá sobretudo desenrolar.

Os motivos para esta evolução são bem conhecidos: o colonialismo português tinha uma natureza própria, correspondendo a uma fase relativamente atrasada do desenvolvimento do capitalismo na metrópole onde um regime de tipo fascista bloqueava a sociedade portuguesa, ao mesmo tempo que não se criavam as condições para o aparecimento de uma burguesia africana nas colónias, com a qual se pudesse negociar uma transferência do poder político sem pôr em causa o essencial dos interesses económicos. Era esta mesma realidade que Amílcar Cabral traduzia ao afirmar que Portugal «não se pode dar ao luxo de praticar neocolonialismo»⁴. Ou então: «É preciso compreender que Portugal não pode realizar um processo de descolonização porque não pode pretender neocolonizar. É um país demasiado atrasado para pretender neocolonizar»⁵. Incapaz de descolonizar, o colonialismo português tem de optar pela repressão, incluindo a repressão sobre populações civis desarmadas. Nesse sentido, a história há-de registar a importância que tiveram em cada uma das colónias portuguesas os massacres de populações civis como momentos de ruptura na consciência nacionalista. Pidgiguiti na Guiné, Baixa do Cassange em Angola e Mueda em Moçambique são marcos fundamentais a confirmar o carácter repressivo e criminoso da ocupação colonial portuguesa, da sua incapacidade para dialogar com o nacionalismo nascente e, conseqüentemente, a inevitabilidade da transição da luta «legal» para a luta armada.

Transição esta que corresponde a uma outra: da cidade para o campo. Isto é particularmente claro no caso do PAIGC. Em 3 de Agosto de 1959, o porto de Pidgiguiti em Bissau é alvo do massacre de dezenas de estivadores grevistas. Mês e meio mais tarde, o Partido faz uma reunião alargada para balanço de 3 anos de trabalho político e análise da situação, tendo concluído «à luz da experiência de Pidgiguiti e da natureza do colonialismo português, que a única via para libertar o país é através da luta conduzida com todos os meios possíveis, incluindo a guerra»⁶. Mas esta importante decisão de enveredar pelo caminho da luta armada tem um corolário óbvio. O primeiro ponto do plano de acção então adoptado diz textualmente: «Mobilizar e organizar sem demora as massas camponesas, que serão, como a experiência mostra, a principal força na luta pela libertação nacional». Este princípio não significa, evidentemente, o abandono da luta urbana, já que o ponto 2 do mesmo programa de acção tem como directiva: "Fortalecer a nossa organização nas cidades», embora acrescente

³ F. Fanon, *Os Condenados da Terra*, pp. 100, 101 e 102.

⁴ Em *La Lutte de Libération Nationale dans les Colonies Portugaises*, Argel CONCP, 1965, p. 152.

⁵ A. Cabral, *A Prática Revolucionária*, Vol. II das Obras Escolhidas, Lisboa 1978, p. 205.

⁶ Referido em B. Davidson, *op. cit.* p. 31.

cautelosamente por força das lições da prática «mas mantendo-a clandestina, evitando quaisquer manifestações»⁷. De qualquer maneira é inequívoca a prioridade atribuída à mobilização e organização das massas camponesas, consideradas a principal força na luta, «como a experiência mostra». Bem sabemos a que «experiência» se refere aqui o PAIGC, neste ano de 1959, quando sublinha a comprovada importância da mobilização camponesa, a partir das lições dos povos chinês, vietnamita e cubano. A verdade porém é que em África não havia muitos precedentes, até pela já referida desconfiança em relação às massas rurais, segundo Frantz Fanon, o qual podia concluir pela constatação de que "a maioria dos partidos nacionalistas não inscreveram na sua propaganda a necessidade da acção armada"⁸. Seja como for, o PAIGC vai virar-se para o mundo rural, vai enraizar-se na população do campo e criar as condições para o lançamento da luta armada. Doravante a orientação estratégica será a da guerra popular prolongada.

Aludindo às características geográficas da Guiné e à natureza plana do seu território, Amílcar Cabral haveria de dizer: «Toda a gente sabe que em geral as guerrilhas utilizam as montanhas como ponto de partida para a luta armada. Tivemos de fazer do nosso próprio povo a montanha necessária para poder lutar no nosso país»⁹. Transformar o povo em montanha para a guerrilha não era à partida coisa fácil nem espontânea. A mesma testemunha privilegiada que já citámos, Basil Davidson, afirmava a este respeito: "Pelos aldeias os camponeses ainda se lembravam das suas guerras contra os portugueses, e resmungavam contra as exigências, coloniais, mas estavam muito longe do estado de descontentamento que leva a pegar em armas"¹⁰. E o próprio Amílcar Cabral em 1964 explicaria em pormenor a resistência dos camponeses à mobilização: «A questão de saber se o campesinato representa ou não a principal força revolucionária é de importância capital. E, no que diz respeito à Guiné, devo responder negativamente. Pode assim parecer surpreendente que baseemos no campesinato a totalidade dos esforços da nossa luta armada. Representando todo o país, controlando e reproduzindo as suas riquezas, é fisicamente muito forte; no entanto, sabemos por experiência quanto nos custou incitá-lo à luta. Na China, por exemplo, a situação do campesinato era fundamentalmente diferente; basta, para nos convenceremos, recordar todas as revoltas em cuja origem esteve esse campesinato. Na Guiné, à parte certas zonas e certos grupos que, desde o início, nos acolheram favoravelmente, tivemos, ao contrário dos comunistas chineses, de conquistar o seu apoio por meio de esforços tenazes»¹¹.

Esta realidade mais confirma a origem urbana da consciência nacionalista e do movimento de libertação. No Seminário de Quadros, Cabral diria: «Se nenhum de nós tivesse saído das cidades, pensam que a luta teria atingido o estado actual? (...) Haveria uma luta armada?»¹². Sair das cidades: eis o primeiro percurso do Partido.

Nesta transição, diversos textos de Amílcar Cabral sublinham o papel indispensável desempenhado por um grupo social que funcionou como charneira entre os primeiros quadros políticos citadinos e as massas rurais – o grupo dos «desenraizados». «É composto por um grande número de jovens vindos há pouco tempo das aldeias, que com elas mantêm ligação e que, ao mesmo tempo, estão a começar a viver uma vida

⁷ Ibidem.

⁸ Op. cit., pp. 110-11.

⁹ Em entrevista à Tricontinental (1969) citada no Manual Político do PAIGC, Lisboa 1974, p. 88.

¹⁰ Op. cit. p. 32.

¹¹ Op. cit.. Vol. I. p. 103.

¹² Ibidem, p. 112.

de tipo europeizado»¹³. Mais em pormenor: «No caso da Guiné, concretamente é preciso reparar que há um grupo de gente que se situa entre a pequena burguesia e os trabalhadores assalariados, não sei bem que nome dar-lhes. Muitos rapazes sem emprego certo, sabendo ler e escrever, trabalhando aqui e ali, vivendo muitas vezes à custa, do tio na cidade - e nós temos muito disso na nossa terra - mas que tinham um contacto permanente com o colonialista: jogadores de bola, um tanto entusiasmados com o tuga, mas também um pouco humilhados, pois apesar de serem bons jogadores não podiam entrar nos bailes da UDIB... Essa gente veio para a luta muito rapidamente. E desempenharam um papel importante nesta luta, porque, por um lado, são da cidade e, por outro lado, estão muito ligados ao mato»¹⁴. Estes «desenraizados», elo de ligação entre dois «mundos», ajudam o Partido a sair da cidade.

O trabalho político de consciencialização dos camponeses foi uma tarefa gigantesca do PAIGC, no meio dos tais «esforços tenazes». Em 1966, o Comissário Político do Norte, de nome Chico, explicava a Gérard Chaliand em que termos se fazia a politização: «Explicamos o que é o colonialismo, que a Guiné não é Portugal, que nos podemos governar a nós mesmos sem termos de dar o nosso gado aos portugueses, sem termos de pagar os pesados impostos que nos impõem, sem termos de ser batidos e humilhados, sem termos de estar com medo dos portugueses»¹⁵.

E o próprio Amílcar Cabral explica desenvolvidamente os critérios desta mobilização camponesa: «Nunca mobilizámos as pessoas com base na luta contra o colonialismo. Isso não dava nada. Falar da luta contra o imperialismo não dava nada entre nós. Em vez disso, falámos uma linguagem directa e acessível a todos: Porque lutamos nós? Quem és tu? Quem é o teu pai? O que é que lhe aconteceu, ao teu pai, até agora? O que é que se passa? Qual é a situação? Já pagaste os teus impostos? O teu pai já pagou os seus impostos? O que é que já viste desses impostos? Quanto ganhas com a tua mancarra? Já pensastes o que lucras com a tua mancarra? E o trabalho que ela custou à tua família? Quem é que já esteve preso? Tu já estiveste preso? (...) Evitámos que o camponês pudesse pensar que éramos gente estranha que lhe vinha dar lições; colocávamo-nos na posição de pessoas que vinham aprender com o camponês e finalmente o camponês descobria pouco a pouco porque é que as coisas correm tão mal. Ele chega assim a compreender que há uma terrível exploração e que é ele quem paga tudo, incluindo os benefícios de quem vive na cidade»¹⁶. Aqui vemos como na própria consciencialização das massas se passa a contradição cidade-campo.

Posto isto, é altura de recapitularmos as principais conclusões que até agora podemos dar por adquiridas: 1) Na Guiné e em Cabo Verde a distinção cidade-campo tinha marcas próprias e profundas; 2) o PAIGC tem uma origem eminentemente urbana; 3) a natureza repressiva do colonial-fascismo português bem como a influência ideológica de anteriores experiências de evoluções camponesas levam o PAIGC a adoptar a luta armada a partir da mobilização das massas camponesas; 4) os intelectuais e os quadros políticos, apoiados muitas vezes nesses «intermediários» que eram os «desenraizados», vão sair da cidade e conquistar denodadamente o apoio do mundo rural.

Semelhante processo representa uma viragem sociológica importantíssima na luta de

¹³ Citado em B. Davidson, p. 56.

¹⁴ A. Cabral, op. cit. Vol. I, pp.123-124.

¹⁵ G. Chaliand, *Lutte armée en Afrique*, Paris 1967, p. 6

¹⁶ Em Guiné: o poder das armas, «Tricontinental», n.º 3, 1969.

libertação nacional, correspondente a uma opção política fundamental que é a da guerra popular prolongada. A importância da opção é tão grande que, não obstante a necessária brevidade, não podemos deixar de referir as suas implicações nos domínios político, social e militar.

No aspecto «político», a saída da cidade para o campo significou para o movimento de libertação o «enraizamento popular» e a «radicalidade programática». No aspecto «social», representou a possibilidade de introduzir um decisivo factor de transformação que foram as «zonas libertadas». No aspecto «militar», a mobilização camponesa permitiu uma estratégia de «alastramento da guerrilha» na mata e no progressivo «cerco das cidades». Resta dizer que todos estes aspectos se interpenetram, de tal modo que se explicam reciprocamente uns aos outros, no interior de um processo uno e global.

A dimensão do enraizamento popular é evidente, como é a da radicalidade, radicalidade que se manifesta não só no carácter avançado da luta - a acção armada -, como ainda nos conteúdos políticos propostos, os quais não se limitam a um mero nacionalismo circunscrito ao quadro da independência política, mas visam alterações profundas na estrutura social existente. Daí justamente a importância das regiões libertadas como laboratório do poder exercido pelo povo e como embrião da sociedade futura. Aí se materializam o enraizamento popular e a radicalidade política. Sem a saída da cidade para o campo a região libertada seria impossível. Uma estratégia de luta urbana teria forçosamente condições e resultados diferentes.

Esta última referência permite ainda uma alusão ao problema militar, designadamente à estratégia do progressivo alastramento da luta na mata. Em vez do ataque prematura às cidades, o PAIGC optou pelo caminho longo e seguro da implantação no campo. Que esta escolha tem um alcance revolucionário prova-o também a analogia com outros processos similares e aqui seja-nos permitido estabelecer uma comparação com a história da luta em Moçambique. Antes do II Congresso da FRELIMO em 1968, um certo número de dirigentes defendiam o ataque a bases inimigas ou preconizavam o desencadeamento imediato de operações urbanas - contra elas vingou a posição da direcção revolucionária da FRELIMO para quem o exército colonial, em caso de confrontação frontal, gozaria da superioridade estratégica e tática. «O ataque urbano, as acções urbanas não modificariam a correlação de forças. Em contrapartida seriam extremamente dispendiosas em termos de quadros. A malha da repressão inimiga era muito mais apertada nas zonas urbanas, assim como era maior a possibilidade de corrupção dos quadros. Na base da divergência entre as duas linhas acerca da estratégia militar estava o receio dos reaccionários guiados pelos colonialistas de que, em consequência da dinâmica da luta armada popular e do trabalho político dos combatentes no seio das massas, estas fossem adquirindo progressivamente consciência da sua situação de explorados e assumissem assim o significado profundo da libertação. Este receio levava os novos exploradores a procurarem a todo o custo uma vitória rápida, vitória que em seu entender permitiria bloquear o processo de consciencialização das massas, permitiria travar o processo de transformação da luta em Revolução»¹⁷.

Eis aqui explicitado o aspecto fundamental que gostaríamos de sublinhar: a «dinâmica da luta armada popular e do trabalho político dos combatentes no seio das massas» cria condições para que a luta se transforme em revolução. E, como vemos, a estratégia militar não se limita a ter em conta o factor espaço, como ainda joga com o

¹⁷ Relatório do Comité Central ao III Congresso da FRELIMO.

factor «tempo» – o processo de consciencialização é lento, o movimento da implantação é necessariamente demorado, por isso se fala em guerra popular «prolongada», impossível em meio urbano e única viável em meio rural africano.

Voltando de novo ao PAIGC, sabemos como, ao longo de 10 anos de luta armada, ele se espalhou pelo interior da Guiné constituindo-se como «Partido rural», no sentido em que se enraizou em largos extractos da massa camponesa e foi no campo que ele criou progressivamente novas estruturas sociais. De tal modo isto era verdade que Amílcar Cabral poderia afirmar: «hoje a nossa situação pode ser comparada à situação de um Estado que tem ainda uma parte do seu território nacional, principalmente as cidades e vilas (os meios urbanos) ocupados pelas forças estrangeiras»¹⁸. Aqui a posição cidade-campo é quase equivalente à oposição região ocupada – região libertada.

Enquanto que na região libertada o PAIGC já exercia praticamente as funções de Estado, ao mesmo tempo que se criavam novas instituições, desde as milícias aos armazéns do povo, desde os hospitais e escolas até aos tribunais populares..., na região ocupada sobrevivia o poder colonial apenas sustentado pela força militar.

Dir-se-ia que se inverteu por completo a posição relativa do Partido. É a partir da mata que o Partido olha para a cidade.

Mais ainda, a implantação no campo teria levado a subestimar o trabalho político clandestino em meio urbano e a importância do ataque às cidades. Pelo menos é o que se depreende da leitura dos textos de Cabral, nomeadamente a partir do Seminário de Quadros em 1969, embora aí ele já refira que tinha elaborado há algum tempo um documento para uso dos serviços de segurança intitulado «Para o desenvolvimento das nossas acções nos centros urbanos»¹⁹. Vale a pena citar a este respeito uma outra passagem do Seminário de Quadros: «Outro trabalho importante que devemos fazer é reforçar a nossa organização, a nossa ligação com os centros urbanos onde o inimigo ainda está, melhorar a organização do Partido escondida nos centros urbanos. Mas quem está no mato como comissário político, como Comité Inter-Regional, como Comité de Zona, deve, na sua área, manter ligação estreita com os nossos camaradas e os nossos irmãos dentro das cidades que querem de facto lutar pelo nosso Partido. Temos de ser capazes de enviar gente para as cidades para preparar a nossa gente, para trabalhar com a nossa gente. Raro, infelizmente, é o responsável do Partido que tenha feito isso a sério. Têm-se esquecido que a nossa terra também é nas cidades, seja Bissau, Bafatá, Babadinca, Mansoa, Bissará, Catió...»²⁰.

Esta mesma preocupação vai estar presente em diversas outras intervenções de Cabral, particularmente nos seus relatórios anuais sobre a situação da luta. Que distância vai entre aquela realidade que vimos atrás – "se nenhum de nós tivesse saído das cidades, pensam que a luta teria atingido o estado actual?" – até à situação posterior – «têm-se esquecido que a nossa terra também é nas cidades (...). Temos de ser capazes de enviar gente para as cidades!»! Cidadino de nascença, o Partido vive agora no mundo camponês, mas os imperativos políticos levam-no a sentir a necessidade de retomar à luta na cidade, ou contra a cidade.

Esta situação irá mesmo encontrar uma expressão institucional muito própria a partir do momento da proclamação da independência da República da Guiné-Bissau em Setembro de 1973. Aí vemos constituir-se um Estado cujos centros urbanos continuam

¹⁸ Op. Cit., Vol.II, p. 138.

¹⁹ Ibidem, p. 66.

²⁰ Ibidem, Vol. I, p. 183.

sob ocupação colonial portuguesa. Dir-se-ia que é um Estado sem capital, é o campo sem cidades. A mobilização das massas camponesas tinha dado amplamente os seus frutos.

Nada admira que um tal circunstancialismo tivesse influenciado as análises políticas do PAIGC, levando-o a olhar para a capital como a cidade ocupada, corrupta e corruptora. Seria interessante, por exemplo, averiguar se a contradição surgida entre a direcção do Partido e o ex-dirigente Rafael Barbosa não é justamente um símbolo expressivo dessa oposição entre o Partido da «luta», do mato, da região libertada, e o homem da cidade, do trabalho clandestino, o homem que mantém contacto com as autoridades coloniais, incluindo a tentação de jogar com elas e o risco de ser comprado por elas.

De qualquer maneira, a verdade é que o Partido via a cidade com desconfiança e encarava criticamente o conjunto do aparelho administrativo implantado na cidade. Quanto a isso, o trecho de uma conversa de Amílcar Cabral recolhido por Basil Davidson tem sido pouco citado mas é altamente significativo. Cabral começa por falar da necessidade de construir um tipo de administração completamente nova, que poderá recorrer a algum pessoal técnico da época colonial mas na condição de «inserir esses homens numa estrutura inteiramente diferente daquela em que foram formados». E prossegue: «A nossa via de aproximação é genericamente esta: todas as decisões estruturais têm de ser baseadas nas necessidades e na condição do campesinato, que constitui a grande maioria do nosso povo. Sendo assim, a nova administração será totalmente desprovida daquelas cadeias de comando familiares na época colonial – governadores de província, etc. Não desejamos copiar quaisquer estruturas desse tipo». Assente este critério acerca da natureza das futuras estruturas do Estado, Cabral continua: «Queremos, acima de tudo, descentralizar o mais que nos for possível. É essa uma das razões que nos levam a pensar que Bissau não continuará a ser a capital, no sentido administrativo. Na realidade, somos contra a ideia de uma capital. Porque é que os ministérios não hão-de estar dispersos pelo país? Ao fim e ao cabo, o nosso país é um país pequeno, dispõe de estradas razoáveis, pelo menos nas áreas centrais. Para que é que nos havemos de sobrecarregar com todo esse peso morto de palácios presidenciais, grande concentração de ministérios, tudo sinais evidentes de uma elite emergente que em breve se pode tornar um grupo privilegiado?»²¹

As expressões aqui usadas não podem ser lidas como posições improvisadas ou irreflectidas (já que foram ditas em conversa), antes a sua rigorosa fundamentação política aponta para uma atitude amadurecida. Seríamos tentados a afirmar que o PAIGC não se limitou a criar um Estado sem capital, mas queria um Estado sem capital. Aqui a contradição cidade-campo é levada às últimas consequências, em nome de um novo tipo de aparelho de Estado com estruturas radicalmente diferentes, descentralizadas, baseadas nas necessidades e na condição do campesinato.

Que esta posição de Amílcar Cabral não era uma simples opinião pessoal prova-o o facto de, já depois do seu assassinato, quando o 25 de Abril derrubou a ditadura colonial-fascista, se terem ouvido declarações no sentido de a futura capital da Guiné não ser Bissau mas Medina do Boé.

Em boa verdade há algumas hesitações a respeito deste ponto nas diversas declarações então proferidas. Segundo a imprensa portuguesa da altura, um dirigente do PAIGC «explicou que Medina do Boé não será a capital do seu país, mas a sede

²¹ B. Davidson, op. cit.. pp. 168-169.

provisória do primeiro governo, devido à necessidade de desenvolvimento das outras regiões e porque Bissau não reúne, de momento, as condições necessárias para a instalação de um poder que emerge da guerra»²². Mas um mês mais tarde, um outro dirigente confirmava que «a cidade de Medina do Boé (...) será a capital política do Estado da Guiné-Bissau». Segundo ele, esta decisão não foi tomada por razões de segurança mas sim porque Medina do Boé é, simultaneamente, o símbolo histórico da Guiné-Bissau em luta contra Portugal e o centro de uma região onde o governo prevê um importante desenvolvimento económico, agrícola e mineiro». E a mesma imprensa cita um outro alto dirigente para quem «a administração seria descentralizada, para evitar concentrações urbanas num país onde a economia rural é preponderante»²³. Medina do Boé representou então a contradição entre o interior e a capital, entre o camponês e o urbano, entre as futuras estruturas descentralizadas e o concentrado aparelho de Estado colonial. E nem se pode dizer que a ideia fosse nova, pois o mesmo Frantz Fanon, que já citámos por diversas vezes, escrevia em "Os Condenados da Terra»: "Nós pensamos que se deveria favorecer o interior, a parte mais atrasada do país. Em última instância não haveria aliás qualquer inconveniente em que o governo tivesse a sua sede fora da capital. É preciso dessacralizar a capital e mostrar às massas desfavorecidas que é para elas que se pretende trabalhar»²⁴.

Todavia, o retorno à cidade vai fazer-se. Bissau e Praia serão as novas capitais dos dois Estados independentes. O Partido, nascido na cidade, volta ao lugar da sua origem.

Ignoramos se existem dados, para além da memória dos responsáveis da altura, que nos permitam saber com rigor os motivos desta decisão de regressar à capital e de a manter com as suas funções tradicionais. Na impossibilidade de o sabermos, temos de nos limitar a formular algumas interrogações. Tratou-se apenas de uma medida de bom senso, pressupondo que a recusa da capital é uma posição idealista, sem qualquer precedente de aplicação concreta? Houve a percepção de que um Estado moderno necessita de uma pesada infraestrutura que só a cidade pode proporcionar? Verificou-se que a implantação popular seria insuficiente para constituir uma força centrífuga e descentralizadora, em contraposição à atracção centrípeta da cidade? Sentiu-se a vantagem de superar a mata enquanto local de vivência étnica, preferindo-lhe a capital como possível lugar da consciência nacional dado o seu carácter intermédio e mesmo cosmopolita? Ou foi apenas o encarar a cidade, após a luta, como o merecido repouso do guerreiro? Em suma, foi uma opção de inevitável realismo político ou uma solução de facilidade e porventura um desvio aos princípios? Seja qual for a resposta a estas perguntas, a verdade é que o itinerário do campo para a cidade vai fazer-se em força e mesmo bruscamente, contrariando a análise anteriormente citada segundo a qual Bissau não teria «as condições necessárias para a instalação de um poder que emerge da guerra».

Eis um problema que não pode ser ignorado ao terminar este estudo acerca da relação cidade-campo no quadro do tema da sociologia da guerra popular de libertação nacional, não obstante o âmbito do assunto – ao reportar-se ao pensamento de Amílcar Cabral – não consentir uma verdadeira e própria incursão no período após a independência. E, como é evidente, será o caso da Guiné-Bissau, melhor que o caso específico de Cabo Verde, que nos há-de permitir a concretização deste breve apontamento.

²² Declarações de Pedro Pires, em O Século de 10-9-74.

²³ Declarações de Juvêncio Gomes e Luís Cabral em A Capital de 11-10-74.

²⁴ P. 169.

Vejamos o que diz sobre isto um estudioso guineense. «A capital, afastada das experiências revolucionárias, estava marcada por uma sensível alienação política e cultural. O colonialismo português implantara-se aí firmemente. Os quadros do PAIGC vão tentar responder a esta situação fazendo esforços gigantescos para lutar contra a despolitização da cidade. O Partido vai consagrar toda a sua energia a esta tarefa. Mas o desafio é grande e o PAIGC não alcança os seus objectivos. Pelo contrário, certos elementos, mais débeis, no seio da direcção, deixaram-se seduzir pelas facilidades da vida urbana. A capital atrai-os para um sistema de vida mais conforme com as suas origens pequeno-burguesas. Um dos trunfos do PAIGC, a dupla experiência de militantes camponeses e de militantes urbanos, torna-se então um factor de desunião entre os quadros. Não há, portanto, convergência de interesses. É assim anulada uma das principais conquistas da luta armada»²⁵.

Depois dos «esforços tenazes» para a mobilização das massas camponesas, temos agora os «esforços gigantescos» contra a despolitização da cidade. A vinte anos de distância, esta frase faz-nos lembrar aquela outra de Amílcar Cabral após Pidjiguiti: «A falta de experiência fazia-nos pensar que podíamos lutar nas cidades...»²⁶. Dir-se-ia que a luta urbana é um terreno traiçoeiro para a acção do Partido.

A seguir à independência assistimos a uma confirmação e mesmo a um agravamento dos desequilíbrios estruturais na relação cidade-campo. A macrocefalia é acentuada pelo êxodo rural e pelo crescimento demográfico da capital. O gigantismo do aparelho de Estado manifesta-se na concentração administrativa. Bissau é um centro de absorção do consumo e um pólo privilegiado de desenvolvimento²⁷. Pode inclusivamente concluir-se que se verificou um progressivo esvaziamento do Partido no «interior» e uma perda gradual da sua implantação entre as massas camponesas, ao mesmo tempo que são extremamente modestas as tentativas por concretizar uma verdadeira política de desenvolvimento regional.

A tomada do poder e a conquista da independência completa significam assim o regresso à cidade e o abandono do mundo rural, evolução esta que certamente explica que as intenções de «reajustamento» se traduzem em apelos de «retorno ao campo», como ainda há pouco acontecia pela voz do actual Presidente guineense²⁸. Urbanizado, o Partido sentirá de novo a necessidade de reencontro com as massas camponesas?

Tudo isto comprova que a dialéctica cidade-campo, com o seu peso sociológico e o seu valor político, está presente em todas as etapas da luta do PAIGC. Mais ainda, essa dialéctica, aprofundada pelo pensamento de Amílcar Cabral, poderá representar uma interessante grelha de leitura para a análise da mesma luta, clarificando aspectos dos conflitos sociais e ajudando a identificar a natureza dos projectos transformadores.

²⁵ Carlos Lopes, *Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau*, Lisboa 1982, p. 81.

²⁶ Em Guiné: o poder das armas, op. cit.

²⁷ Na impossibilidade de documentarmos aqui em pormenor estas afirmações, limitamo-nos a remeter para a obra *Introdução à geografia económica da Guiné-Bissau*, do Comissariado de Estado da Coordenação Económica e Plano, Bissau, 1980.

²⁸ Em Nô Pintcha de 13-11-82.